

Conferência da APREN debruçou-se sobre a transição energética

Portugal Renewable Energy Summit 2022 juntou cerca de 70 especialistas nacionais e internacionais para falar de transição energética.

A conferência anual da [APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#) voltou a encher o grande auditório da Culturgest, em Lisboa, a 16 e 17 de novembro. O *Portugal Renewable Energy Summit 2022* juntou, no mesmo espaço, mais de 70 especialistas nacionais e internacionais. “Transição energética: dos planos à ação” foi o tema deste ano.

Se a transição energética é, cada vez mais, uma urgência, não só em termos ambientais, mas também económicos e financeiros. É também um imperativo por questões de autonomia energética e segurança de abastecimento, como frisou o CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge, na cerimónia de abertura. As energias renováveis são uma peça chave neste xadrez da descarbonização.

Os benefícios gerados pela energia verde são inegáveis. “Aos 2.600 milhões de sobreganho económico direto, gerado pelos centros eletroprodutores renováveis, em regime de remuneração garantida, junta-se o efeito induzido pela ordem de mérito, que se prevê que seja superior a 5.000 milhões de euros em 2022”, sublinhou Pedro Amaral Jorge. É esta almofada financeira que tem permitido travar o aumento dos preços das tarifas a particulares e empresas.

Portugal acelera a caminho da descarbonização, com metas exigentes no horizonte, mas tem ainda um conjunto de desafios a ultrapassar, desde logo, no que diz respeito à modernização das instituições públicas afetas ao licenciamento.

“Não se trata de substituir pessoas. É preciso alterar processos. É preciso reorganizar e capacitar. Temos de ser capazes de desenvolver rapidamente a plataforma eletrónica prevista no artigo 15º do DL 15/2022. A APREN disponibiliza-se para apoiar este projeto e contribuir para que a plataforma entre em funcionamento o mais rapidamente possível”, disse Pedro Amaral Jorge, que lembrou que é também com esse espírito que a APREN está a desenvolver um guia de licenciamento de projetos renováveis em colaboração com os organismos da administração central.

“REPowerEU” – a nova ambição europeia”:

“REPowerEU – a nova ambição europeia” foi um dos grandes temas em cima da mesa. A situação geopolítica gerada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia trouxe para a agenda a urgência da autonomia e a segurança de abastecimento da Europa em termos energéticos.

Numa apresentação gravada, a Diretora-Geral do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME – GROW, da Comissão Europeia, Kerstin Jorna, sublinhou a necessidade de acelerar a transição energética e diversificar as fontes de abastecimento. “Portugal está em posição privilegiada nesta corrida por causa da sua localização”, realçou lembrando todas as possibilidades que se abrem a propósito do hidrogénio verde.

No debate sobre este pacote europeu marcaram posições os responsáveis das associações do setor ao nível europeu. O CEO da WindEurope, Giles Dickson, lembrou que os investidores estão receosos, dada a conjuntura internacional, e é preciso aliviar os gargalos que existem na cadeia de abastecimento.

Já o eurodeputado e membro do ITRE - Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, Nicolás González Casares, deitou alguma água na fervura. Defendeu a estabilidade regulatória, mas pediu também algum cuidado nas medidas para evitar o sentimento de rejeição da população em relação às renováveis. “Queremos os cidadãos envolvidos nesta transição”, sublinhou.

A verdade é que uma transição energética deve poder contar com a participação dos consumidores, que podem instalar painéis solares, desde logo a partir dos telhados das suas casas, como lembrou a CEO da SolarPower Europe, Walburga Hemetsberger. “Os painéis podem ser instalados em apenas um dia, mas o licenciamento demora seis meses”, ilustrou.

O desenho do mercado europeu de eletricidade:

Também “O desenho do mercado europeu de eletricidade” esteve em análise. O Diretor de Mercados e Consumidores da ERSE, Eduardo Teixeira, considera que o momento que se vive é excepcional e por isso as medidas que estão a ser agora tomadas não têm necessariamente de ser replicadas no futuro.

Para o presidente do NEMO Committee, Rafael Gómez-Elvira, caminhamos para um mercado que terá o preço a mudar a cada 5 minutos. “A volatilidade é o novo normal”, frisou. A legislação funcionará como garante de estabilidade, como salientou o representante da DGEnergy – Comissão Europeia, Tom Howes.

Modelo europeu de contenção dos preços da eletricidade:

O “Modelo europeu de contenção dos preços da eletricidade” foi também dissecado na conferência. Para o presidente da plataforma OMIP, Martim Vasconcellos e Sá, a implementação do mecanismo ibérico, que limita os preços da eletricidade na Europa, teve como consequência um travão repentino aos volumes negociados no mercado grossista da eletricidade.

A opinião foi partilhada por Carlos Miguel Urro, que representou a EEX European Energy Exchange no mesmo painel e que deixou a nota de que a instabilidade tem gerado muito nervosismo entre os parceiros. “O nível de incerteza é muito elevado”, concordou o CEO da Asociación Empresarial Eólica (AEE), Juan Virgilio Márquez.

“Hidrogénio Verde Ibérico – oportunidades e ameaças”:

Em destaque esteve também a temática do “Hidrogénio Verde Ibérico - oportunidades e ameaças”. O tema foi introduzido por Christian Pho Duc, CTO da Smartenergy, que sublinhou a posição estratégica da Ibéria para garantir hidrogénio verde, não só para consumo próprio, mas também para exportação para toda a Europa central. Anna Momotova, da Renewable Hydrogen Coalition, lembrou que é urgente ultrapassar os constrangimentos que ainda existem, nomeadamente em termos de licenciamento.

Ana Quelhas, Diretora de Hidrogénio da EDP Renováveis, abriu o debate dando nota de que “ainda não há procura”. Para Nuno Ribeiro da Silva, especialista em energia, o risco não é ficar com a loja vazia. O problema é a capacidade de oferta dados os constrangimentos na cadeia de fornecimento. A Efacec quer posicionar-se como parceiro de referência neste domínio, como garantiu Nuno Silva.

Também a Smartenergy, pela voz de João Cunha, assegurou que, neste domínio, quer passar da teoria à prática. O caminho é longo, face aos objetivos traçados, como frisou o CEO da Madoqua Renewables, Rogaciano Rebelo, mas o grande desafio é alcançar a capacidade renovável necessária para a produção de hidrogénio, que permita atingir as metas, como enfatizou, por outro lado, Sérgio Goulart Machado, da Galp.

Secretário de Estado do Mar abriu segundo dia da conferência:

O segundo dia da conferência abriu com a intervenção do Secretário de Estado do Mar, José Maria Costa. A intervenção do governante serviu de mote para lançar a discussão sobre as “Renováveis Oceânicas”. “Queremos construir um modelo de desenvolvimento que siga as melhores tendências na Europa. Esta relação das indústrias de energia *offshore* com os projetos em terra, nomeadamente com o desenvolvimento dos portos, com a fileira industrial e com a componente ligada à tecnologia, vai potenciar futuras agendas mobilizadoras e de desenvolvimento do nosso país”, enfatizou.

Lizet Ramirez da WindEurope, André Couto da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e Ana Andrade da Direção-Geral de Energia e Geologia deixaram nota dos projetos que estão a ser desenvolvidos nesta área.

Os desafios que podem dificultar a meta de 10 GW de eólica *offshore*, em 2030, lembrada por Benoît Gilbert da Vestas, foram abordados no debate. Este setor, de capital intensivo, exige planeamento, sublinhou Alexandra de Marichalar, da TotalEnergies, mas não só. Pressupõe uma cadeia de valor que ainda não existe, complementou Marianne Beck Hassl, da Ørsted. Também a falta de recursos humanos pode ser um problema, como realçou José Pinheiro da Ocean Winds.

Capacidade e acesso à rede e interligações:

A “Capacidade e acesso à rede, e as interligações” foram assuntos aprofundados também no segundo dia de conferência. O tema foi introduzido por Vincent Thouvenin (RTE - Réseau de Transport d’Electricité de France) e Ana Barillas (Aurora Energy Research).

O debate reuniu à volta da mesa: REN, E-Redes e DGEG. O administrador da REN, João Conceição, diz estar preocupado com as dificuldades no licenciamento de infraestruturas de energia em Portugal “Toda a gente quer ter custos baixos de energia, mas ninguém quer ter uma infraestruturas no seu quintal”, constatou. Na opinião do gestor “o planeamento da rede vai ter que ser cada vez mais dinâmico” para otimizar as necessidades de rede.

O Diretor-Geral de Energia e Geologia, João Bernardo, assumiu que os desafios de planeamento da rede elétrica “são imensos”, defendendo “uma gestão dinâmica das redes” e a necessidade de “flexibilidade no acesso às redes”. No futuro, garante, “os serviços de flexibilidade vão ter um papel fundamental numa rede mais digitalizada e distribuída”.

José Ferrari Careto, Presidente da E-Redes, realçou a necessidade de apostar na formação de pessoal especializado. “Neste momento não há recursos humanos para trabalhar nos projetos que temos”, sublinhou.

Licenciamento de projetos renováveis:

O “Licenciamento de projetos renováveis” foi outro tema central na conferência que contou com dois momentos. A primeira parte foi dedicada à revisão do “simplex ambiental”.

Não se conhece ainda a versão final desta proposta, mas para o CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge, é um primeiro passo no caminho da simplificação dos processos. “A iniciativa já tem algumas medidas importantes na redução dos tempos das várias etapas necessárias”, sublinhou.

O deferimento tácito, previsto no pacote, pode ser uma boa ferramenta para agilizar processos, embora já seja usada pela administração, lembrou, por seu lado, o presidente da APA, Nuno Lacasta. “O deferimento tácito é tudo menos novidade para quem já lida com avaliação de impacto ambiental”, ilustrou.

Ao contrário do que já veio a público, o presidente do ICNF, Nuno Banza, garante que a Conservação da Natureza “não tem grandes reservas em relação a este regime” que propõe agilizar os processos sem descuidar os valores ambientais. “Mas temos que ter mais recursos dentro da Administração para dar prioridade àquilo que verdadeiramente é importante”, realçou.

Na segunda parte do painel foi abordado o “Guia de licenciamento de projetos renováveis onshore”, um documento que está a ser desenvolvido pela APREN em conjunto com as duas entidades públicas que gerem e são responsáveis por estes processos - a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-Geral de Energia e Geologia, como sublinhou Susana Serôdio, da APREN.

“Se os projetos já vierem bem instruídos e nos permitirem uma decisão sustentada e célere certamente tudo será mais fácil”, reconheceu Maria do Carmo Figueira, da APA.

Miguel Mascarenhas, CEO da Bioinsight, a empresa que presta consultoria ambiental, no âmbito do guia, lembra que esta é mais uma ferramenta para facilitar a instrução dos processos. Uma opinião partilhada por Filipe Pinto, diretor dos serviços de energia elétrica da DGEG. “Ajudará ao entendimento entre as partes e facilitará a comunicação”, frisou.

A clarificação que o documento vem trazer é a grande mais-valia para Ana Guerreiro, da Gennerg. “Vamos recuperar este tempo que investimos no licenciamento ao tornar mais rápido o licenciamento”, resumiu. “É muito útil para todos os stakeholders envolvidos”, reforçou por seu lado Timóteo Monteiro, da EDP.

Comunidades de energia e autoconsumo individual e coletivo

As questões que se relacionam com as “Comunidades de energia e autoconsumo individual e coletivo” estiveram também este ano em análise. A apresentação de Jan Osenberg, da SolarPower Europe serviu de mote para a lançar o tema do painel.

O CEO da Elergone, Carlos Sampaio, não tem dúvidas de que é preciso agilizar o licenciamento e para acelerar o autoconsumo e as comunidades de energia. Essa é também a visão de Ricardo Meireles (Rewatt) e Carlos Jordão Coelho (Greenvolt).

“O autoconsumo é um custo evitado, mas o excedente deve ser tratado de forma eficiente. Uma opção é vender em regime de mercado, o que só podem fazer as grandes centrais. As

comunidades de energia podem resolver isto de forma simples para isso é preciso que aconteçam”, resumiu Carlos Sampaio.

Já Filipe Pinto, da DGEG, destaca a necessidade de arrancar com a plataforma informática para o autoconsumo coletivo, que já está a ser desenvolvida e que terá que ser flexível de forma a permitir alavancar os indicadores de produção distribuída. A próxima plataforma a desenvolver será dedicada às comunidades de energia, o que permitirá perceber, por exemplo, quantas pessoas estão a participar e qual a potência instalada.

O presidente da ADENE, Nelson Lage, considera que a possibilidade de criar comunidades de energia pode constituir uma oportunidade para instituições de solidariedade social, municípios e todos aqueles que precisam de ver reduzida a sua fatura energética.

Tecnologias e a matriz energética da próxima década

Depois de uma apresentação, a cargo de Jinko Solar, ficaram em análise “as tecnologias centrais para o cumprimento das metas de descarbonização”.

Eólica *onshore* e *offshore*, sequestro de carbono, hidrogénio, mobilidade elétrica, solar fotovoltaico e armazenamento foram algumas das tecnologias realçadas por Miguel Lobo, da Lightsource BP, Alexandre Kisslinger, da Acciona Energia e Carlos Relancio, Diretor de Energias Renováveis na Galp. A importância das interligações também foi sublinhada.

A transição, suportada pela tecnologia, tem também de ser justa, lembrou Pedro Almeida Fernandes, da Endesa. Já para João Amaral, Group CTO & Country Manager Portugal da Voltalia, “a legislação é a tecnologia central e obriga à criatividade dos promotores”.

“A matriz energética portuguesa na próxima década” foi outro dos temas em destaque. As renováveis são, mais do que nunca, uma solução para um problema de segurança e independência energética e resolvem ainda uma questão de preço da eletricidade para o consumidor, salientou o CEO da Finerge, Pedro Norton.

Bertrand Fauchet, CEO da Movhera, lamenta que em França, tal como em Portugal, os processos administrativos sejam complexos e travem a expansão renovável. Álvaro Brandão Pinto, CEO Generg, assinalou igualmente as dificuldades de licenciamento, a que se junta a escassez de recursos humanos, assinalada por Rui Maia, COO da Ventient Energy.

Para a cerimónia de encerramento o Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, João Galamba, deixou uma mensagem gravada em vídeo. “O sucesso do caminho para a neutralidade carbónica não é só compatível com o crescimento económico, como também passa pela reindustrialização do país incluindo o desenvolvimento de uma cadeia de produção de hidrogénio verde que abre boas perspetivas para exportação”, realçou.

Prémio APREN distinguiu duas teses

Na conferência da APREN teve ainda lugar a cerimónia de atribuição do Prémio APREN 2022 - uma iniciativa que visa divulgar dissertações académicas de mestrado e doutoramento relacionadas com eletricidade de origem renovável.



A tese de doutoramento vencedora foi elaborada por Mário Couto: “Islanding Operation and Black Start Strategies for Multi-Microgrids using the Smart Transformer”.

Rodrigo Afonso é o autor da tese de mestrado, também distinguida, que se intitula: “Avaliação do Impacto da Procura na Estabilidade de Frequência dos Sistemas Elétricos com Reduzida Inércia”.

A conferência da APREN teve como patrocinadores a Smartenergy, Galp, Jinko Solar, Lightsource BP, Acciona Energia, EDP, Efacec, Endesa, Enercon, Finerge, Generg, Huawei, Movhera, Trustwind, Ørsted, Repsol, Ventient Energy, Vestas, Abreu Advogados, DNV, Eurowind Energy, Gerbasto, Hidroerg, Mainstream Renewable Power, Neoen, Tecneira, Voltalia, Anywind, Bureau Veritas, Cambenerg, CMS, CorPower Ocean, Dos Grados Capital, Energetus, Enerparc, ESDEC, Greenvolt, Helukabel, MCA, Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, Nordex, Acciona Windpower, PLMJ e Statkraft.

Para mais informações contacte:

Diogo Carvalheda | diogo.carvalheda@apren.pt | +351 918 775 963

Sobre a APREN

A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.